

# Masculinidades debaixo de fogo: homossocialidade e homossexualidade na guerra colonial (1961-1974)

ANTÓNIO FERNANDO CASCAIS  
*Universidade Nova de Lisboa*  
*Instituto de Comunicação da Nova*

---

**Abstract:** The experience of homosexuality among Portuguese troops engaged in the colonial wars in Africa (1961-1974) appears primarily in those rare works that do not defend the colonial conflict nor shy away from crises of masculinity. Conversely, works apologetic of Portuguese colonialism are almost exclusively homophobic. In texts that narrate the colonial experience of openly gay writers, such references arise indirectly and in the background. Generally focused on the conflicts and traumas of young soldiers, allusions to homosexual experience negotiate a tension between surrender and self-defensive resistance. That this tension is normally resolved in favor of the latter shows how resistance was not a subversion of heteronormative masculinity; rather, it contributed to the repression of its crisis. The result is a reinforcement of the open homophobia encoded in the revolutionary ideals that led to the events of April 25, 1974.

**Keywords:** Masculinities, homosociality, homosexuality, Portugal, colonial war

---

Que da guerra não se regressa, eis o que comprovam as obras que, de um ponto de vista não apologético, restituem a experiência traumática dos militares portugueses mobilizados para as guerras coloniais em Angola, Moçambique e

Guiné entre 1961 e o 25 de Abril de 1974—data de uma revolução democrática instaurada por um golpe de militares de que um dos objetivos maiores, e porventura a motivação principal e mais imediata enquanto seus agentes, era pôr termo ao conflito bélico. Da guerra não regressam os mortos, mas também não os vivos em cujos corpos sucumbe a pátria e sucumbe a masculinidade, ambas ocupantes desse espaço corpóreo onde continuaram a digladiar-se sem tréguas mesmo depois da *pax* revolucionária e democrática que para eles não veio (Vieira 320). Que não regressa o homem em que a guerra idealmente deveria transformá-los é o que em síntese descreve aquele menor número de autores que nas suas obras tematizam a derrocada da masculinidade. E, num âmbito se possível ainda mais restrito, os raros escritores, dramaturgos e cineastas que particularizam a experiência dos homens que no teatro de guerra (re)descobriram o prazer e o amor nos braços de outro homem e, com eles, a si próprios outros na aceitação ou na recusa.

A dupla impossibilidade de regressar, notória nos textos que se debruçam sobre o malogro da masculinidade mediado pela experiência da guerra colonial que precisamente a deveria consolidar, constitui o ponto de partida da presente análise, que se debruçará, nomeadamente, sobre os romances *Os cus de Judas* (1979) de António Lobo Antunes; *Nó cego* (1993) de Carlos Vale Ferraz; *Lugar de massacre* (1996) de José Martins Garcia; *Os navios negreiros não sobem o Quando* (1993) de Domingos Lobo; e *Até hoje (Memórias de cão)* (1988) de Álamo Oliveira; as peças de teatro *Um jipe em segunda mão* (1982) de Fernando Dacosta e *Quando os medos ardem* (2001) de Domingos Lobo; e o filme *20,13* (2006) de Joaquim Leitão; a que se devem acrescentar ainda as obras *Persona* (2001, contos) de Eduardo Pitta e *A sombra dos dias* (1981, romance) de Guilherme de Melo, que vêem a guerra e a masculinidade a uma luz diferente, mas complementar. Ao incluir estas obras na literatura e na cinematografia não-apologética da guerra colonial—ou das guerras coloniais, como, por muito atendíveis razões, lhes prefere chamar Luís Quintais—não nos limitamos a distingui-la daquela outra, panegírica da guerra e eivada de “excitação guerreira que com o capacete de ferro ideológico faz a defesa apaixonadamente limitada do heroísmo, dos valores viris e do militarismo” (Teixeira, “Orgulho” 538). Pelo contrário, pretendemos realçar a sua vocação, de algum modo catártica, e, logo, análoga ao processo psicoterapêutico de devolução do sentido através da redescrição retroativa das experiências da guerra colonial, o que faz dela “mais

uma literatura de anti-guerra do que uma literatura de guerra” (Teixeira 539), que é também a “escrita de uma temática que tem ainda tanto de memória como de antimemória” (João de Melo 18). Essas experiências comportaram, para os soldados que as viveram, uma descontinuidade ou “uma mudança radical de substância, uma passagem ou transformação ontológica” (Quintais 105-06) irreversível e cujos efeitos metamorfoseadores produzem indivíduos liminares que mudaram de ser.

Como pressuposto genérico da nossa análise, começaremos por dizer que, de maneira talvez não tão paradoxal como à primeira vista se apresenta, a masculinidade essencializada e naturalizada sobre (a pertença a) um sexo biológico não pode prescindir de um devir-homem que a completa e certifica, um processo de construção social que a reforça e a confirma enquanto ficção naturalizada. Este processo faz articular, de forma só aparentemente causal e determinista, o sexo anatómico (macho), o desempenho social de género ( másculo) e a identidade sexual (heterossexual) num sujeito coerente e inteligível, bem escalpelizado pela teoria *queer*. O processo do devir-homem confunde-se genericamente com o percurso de socialização dos indivíduos machos desde a mais tenra idade na sociedade heteronormativa, desde antes mesmo de estar concluída a própria descoberta da diferença anatómica entre os sexos, quando o *self* do petiz introjeta as figuras da mulher e do maricas como não-eu: ele é não-mulher e não-maricas (Sedgwick 24-25). Isto mesmo adiantava já Raewyn Connell, para quem a definição de masculinidade é “intrinsecamente relacional [e] não existe a não ser por contraste com ‘feminilidade’” (*Gender and Power* 68). Nesta conformidade, em vez de ver a masculinidade como essência ou norma, “precisamos de nos centrar nos processos e relações por intermédio dos quais os homens e as mulheres levam vidas generificadas” (Connell, *Masculinities* 71). “Na medida em que o termo possa sequer ser definido sumariamente,” acrescenta Connell, “ele é em simultâneo um lugar nas relações de género, as práticas através das quais os homens e as mulheres investem esse lugar com o género, e os efeitos de tais práticas na experiência corpórea, na personalidade e na cultura” (*Masculinities* 71).

Connell faz igualmente notar que, nas sociedades ocidentais, “a constituição da masculinidade através da performance corporal” (*Gender* 54) é um facto de todos conhecido, mas nada há nesta afirmação de biologismo, e, muito pelo contrário, uma semiótica social que se materializa nos corpos percebidos como

másculos (*Gender* 65). Neste sentido, a definição social dos homens como detentores de poder traduz-se não apenas em imagens e fantasias corporais, como também em tensões musculares, na postura e no sentimento, na textura do corpo. É muito importante para propiciar a crença na superioridade dos homens, e bem assim nas práticas opressivas que dela emanam, a qual é defendida por homens que noutros aspetos possuem muito pouco poder (*Gender* 84).

Eis porque, e ao invés do que pretendem determinismos biológicos e sociais, a violência implícita na construção física da masculinidade hegemónica aponta diretamente para a distribuição social da violência (Connell, *Gender* 84-85), de que pelo menos alguns traços variam historicamente. As imagens de uma masculinidade ideal são sistematicamente construídas e promovidas por meio dos desportos de competição nos quais o sucesso tem a maior importância, de tal maneira que as proezas desportivas se transformam em critério de avaliação do grau de masculinidade do indivíduo, pelo que a preocupação com a força e a competência se tornam em afirmações corporeamente fisicalizadas (Connell, *Gender* 84). Connell insiste que o seu sentido condensa as estruturas sociais em que se encontram imersas essas práticas masculinizadoras, mormente a estrutura de poder das relações de género, para além das de classe, e, nesse aspeto em particular, diz respeito à superioridade dos homens sobre as mulheres e à exaltação de uma masculinidade hegemónica acima de outros grupos de homens, a qual é essencial à dominação sobre as mulheres (*Masculinities* 84). Desse processo passa a encarregar-se muito mais adiante a instituição castrense, mas agora nos termos de uma oposição agonística entre masculinidade e feminilidade—relevado seja o inevitável esquematismo—mormente no caso português em que o cumprimento do serviço militar era universal e obrigatório na época das guerras coloniais. Ela reconduz o devir-homem a uma formalização do exercício da violência, já de si “socialmente definida e até gerida” (Connell *Masculinities* 106), mas agora segundo critérios de superlativa exigência, com vista a preparar os jovens recrutas para a suprema prova de fogo da guerra que maximamente os apura como indivíduos inquestionavelmente masculinos.

Com efeito, a mobilização militar—que a feliz expressão “masculinidade militarizada” (Vieira 297) talvez não traduza de forma suficiente—opera uma bem mais vasta e profunda mobilização dos recursos da masculinidade que para tanto tem de ser exacerbada, adestrada e aperfeiçoada. Trata-se de um dado adquirido dos estudos sobre a masculinidade, enformados por uma perspetiva

---

feminista e *queer*. A ficção naturalizadora da masculinidade, podemos encontrá-la sintetizada na injunção “faz-te homem!,” em cuja onnipresença, da incorporação ao teatro de guerra, nunca se cansa de insistir a literatura que aborda as guerras coloniais portuguesas. Ela vai mostrando, *en passant*, como tal injunção pode ser agenciada, dir-se-ia que conspirativa ou cooperativamente, pela família, pelos pares, pelo meio profissional (Vieira 308). Mas também pelas próprias mulheres que ora a manipulam em seu proveito, ora dela são vítimas, já que o interesse dos homens no patriarcado se sustenta além disso pelo investimento das mulheres no patriarcado, pelo que o interesse dos homens no patriarcado não atua, portanto, como uma força unificada numa estrutura homogénea (Connell, *Masculinities* 242). Assim o recorda Lobo Antunes: “Felizmente que a tropa há-de torná-lo um homem. Esta profecia vigorosa, transmitida ao longo da infância e da adolescência por dentaduras postiças de indiscutível autoridade ... as fêmeas do clã... De modo que quando embarquei para Angola, a bordo de um navio cheio de tropas, para me tornar finalmente homem, a tribo, agradecida ao Governo que me possibilitava, grátis, uma tal metamorfose, compareceu em peso no cais (17).

Assim o reforça Domingos Lobo: “Como dizia o meu tio António, que se pirou à pressa para o Brasil escapando habilmente às trincheiras da Flandres [...] a tropa, meu filho [...] é que faz um homem macho, transforma um ser individual em coletivo, esboroa-se da ganga presunçosa e egoísta e entrega-o generoso aos grandes devires pátrios” (35). Assim insiste, mas já dubiamente, Lobo Antunes: “De facto, e consoante profecias da família, tornara-me um homem: uma espécie de avidez triste e cínica, feita de desesperança cúpida, de egoísmo, e da pressa de me esconder de mim próprio, tinha substituído para sempre o frágil prazer da alegria infantil, do riso sem reservas nem subentendidos, embalsamado de pureza” (33).

O processo genérico do devir-homem, que a instituição castrense reativa e reconduz a um específico tipo de desempenho estereotipado, o do homem-militar, comporta inúmeras provações protocolares bem conhecidas dos varões e por eles acatadas ou resistidas com maior ou menor astúcia, visto que por detrás delas sempre se insinuam recompensas de uma masculinidade que o homem-porvir tem todas as condições para perceber de maneira dupla, mas não ambígua, como obrigação e como privilégio. Isto mesmo o confirma a conclusão de Connell e James Messerschmidt, segundo a qual “os homens podem

zigzaguear entre múltiplos sentidos de acordo com as suas necessidades interacionais [e] podem adotar a masculinidade hegemónica quando tal é desejável” (841). No entanto, os mesmos homens “podem distanciar-se estrategicamente da masculinidade hegemónica noutros momentos,” e como consequência, “a ‘masculinidade’ não representa um certo tipo de homem, mas, antes, uma maneira de os homens se posicionarem a si próprios por meio de práticas discursivas” (841).

Ora, a generalidade dos relatos não apologéticos da guerra colonial fornece numerosos exemplos de catástrofe—aquí entendida como queda do simbólico no real—de uma masculinidade idealizada que as terríveis realidades da guerra põem em questão, defraudando-a, descompensando-a e desmentindo-a enquanto masculinidade heteronormativa exemplar. O mesmo nunca faz a literatura panegírica, em regra militarista, que a ilustra com impolutos exemplos de heróis cujas virtudes guerreiras exprimem a vitória apoteótica sobre a feminilidade e a homossexualidade, verso e reverso de uma mesma frouxidão, o que explica que nela a homossexualidade também só seja mencionada a título muito excepcional e de forma invariavelmente homofóbica. Em contrapartida, ao longo daquela outra literatura crítica, deparamos com o núcleo duro da catástrofe da masculinidade na dor desacompanhada e irrespirável da perda atroz, absurda, abjeta, do companheiro de armas: “A morte amansa, dobra o corpo suado nos lençóis, faz alastrar a lama até ao sufoco dos vômitos, põe-nos mudos no jogo da lérpa. A morte vizinha [...] chegada ao corpo que ainda traz resquícios de peitos maternos, lezírias, pão quente e cobertores, terra e sementeiras, baile aos domingos [...] morte a matar a memória das coisas amadas (Lobo 35). A potenciá-lo e a agravá-lo, o que encontramos na ficção não apologética da guerra colonial é uma moldura de ruína generalizada da identidade do homem-militar, ameaçada pela percebida desonra de uma guerra injusta, amesquinhada pelo cinismo criminoso da hierarquia castrense e emasculada pela indiferença criminosa do sistema político, ridicularizada pela puerilização dos organismos vocacionados para lhe dar apoio (exemplo do Movimento Nacional Feminino), achincalhada pela ingratidão dos colonos que em África ostracizam o soldado, enfim rasurada pelo silenciamento da sua experiência traumática no meio familiar e social de origem, como numerosos exemplos na obra de Ferraz, Oliveira ou Quintais nos mostram (Ferraz 147, 205, 227, 243-7, 260, 265-8; Oliveira 9, 171-2; Quintais 92, 136).

Afigura-se-nos aqui particularmente produtivo assinalar que é por intermédio da derruição da identidade militar sublimada que abre caminho uma das tendências de crise da ordem heteronormativa de género de que fala Connell:

O conceito de tendências de crise precisa de ser distinguido do sentido coloquial em que as pessoas falam de uma “crise da masculinidade.” Enquanto termo teórico, “crise” pressupõe algum tipo de sistema coerente que é destruído ou restabelecido pelo desfecho de uma crise. A masculinidade ... não é um sistema nessa aceção. É antes uma configuração de práticas no *interior* de um sistema de relações de género. Não se pode logicamente falar de crise de uma configuração; poderíamos, ao invés, falar da sua derruição ou da sua transformação. Podemos, no entanto, falar logicamente da crise de uma ordem de género como um todo, e das suas tendências para a crise. (*Masculinities* 84)

No caso dos relatos das guerras coloniais que temos em mãos, trata-se da intrincada intersecção de diferentes planos de crise: da ordem heteronormativa de género, do regime político ditatorial e do seu projeto colonial.

As elaboradas formas pelas quais a masculinidade heteronormativa é destroçada pela decomposição familiar (Neves 2004) documentam-nas instrutivamente o filme *20,13: Purgatório* e a obra de Lobo Antunes, esta última objeto da investigação de Evelyn Blaut Fernandes (121-37; 210), com o seu cortejo de manifestações de desafeto, com a perda de reconhecimento enquanto filho, primeiro, marido, depois, e enfim pai, e a perda da pertença a uma unidade familiar socialmente integradora que lhe proporciona segurança contra os riscos psíquicos, como salienta a investigadora. Ambos o homem heterossexual e o homem que de maneira difusa começa por perceber-se como não-heterossexual se veem confrontados com o risco psíquico pós-traumático. Em ambos a literatura da guerra colonial deteta facilmente o retraimento melancólico para a posição de constitutiva autorrefutação em que ele “não é homem, nem é nada,” uma derrota pessoal, um fracasso, um falhanço ou um malogro como homem, e isto mesmo quando o trauma se apresenta como de *locus* externo, pela imputação à guerra dos estragos irreversíveis no desempenho da sua masculinidade. No entanto, o indivíduo que começa por se perceber como não heterossexual, e que

frequentemente virá a tornar-se no homossexual armarizado, é obrigado a gerir a sua posição de traição clandestina à heterossexualidade de uma maneira que fortemente contribui para alimentar a perceção social da homossexualidade como uma mera heterossexualidade falhada ou um sucedâneo inautêntico desta, como assinala Halberstam (67). Por isso mesmo, nada tem de linear ou de espontâneo o passo para aquilo que Halberstam caracteriza como a arte *queer* de falhar, e que implicaria inevitavelmente a desidentificação heteronormativa e a ressubjetivação como homem *gay*, que não simplesmente um homem em tudo igual aos outros, que apenas tem sexo com outros homens. Ou seja, a crise da configuração de género não dá necessariamente lugar a uma verdadeira *krisis* recriadora da masculinidade, o malogro programático da malha da portugalidade masculina que o império colonial também com o corpo dele tece. Como escreve Halberstam, a “arte *queer* de falhar põe em jogo o impossível, o improvável, o imprevisível e o irrelevante. Perde discretamente e ao perder imagina outras finalidades para a vida, para o amor, para a arte e para o ser” (88).

A literatura da guerra colonial mostra invariavelmente que da ruína da masculinidade não saiu nenhum “homem novo,” apto a cumprir a tarefa de mudar o mundo e a vida que lhe exigia a versão radicalizada da revolução que o mitifica como herói revolucionário de forma exatamente simétrica àquela com que o mitificava o Estado Novo como herói pátrio. Com efeito, a revolução dos capitães de Abril tem por efeito redimir a responsabilidade histórica das Forças Armadas na guerra colonial ao preço do silenciamento, tanto das atrocidades cometidas como do trauma sofrido pelos soldados seus protagonistas e bem assim pelas suas famílias e, por extensão, a sociedade portuguesa que, inteira, parece preferir o recalçamento à memória. Os heróis que com a revolução lavaram a sua responsabilidade na guerra que defendia o sustentáculo colonial do Estado Novo também com ela se purificaram de quanto era percebido como mazela de guerra, alcoolismo, toxicoddependência, promiscuidade sexual, homossexualidade e, por extensão, de todo o conflito psíquico pós-traumático que, durante longos anos após a revolução, foram remetidos ao inconfessável, no plano individual, e ao inominável, na esfera pública. Trata-se de um fenómeno insidioso e disseminado pelo tecido social, muito lucidamente caracterizado por Quintais como a “*construção cultural e social da indiferença*” (Quintais 145), intrínseca a uma gestão eficaz do “silêncio efetivo” (140), exigida pela gestão geral da normalidade. Ou das normalidades: a normalidade democrática e a normalidade



heteronormativa. Ela explica igualmente o confinamento da experiência do horror inominável à securizante moldura concetual e interpretativa da desordem de *stress* pós-traumático, “porque *para se articular o inarticulável é necessário encontrar-se o idioma cultural legítimo*” (141). A homossexualidade e a heterossexualidade não-normativa incluem-se nesse silenciamento, a título de trauma de guerra tão inominável como as atrocidades e a promiscuidade com as mulheres africanas ou o abuso de drogas, o que foi notado de maneira lapidar por Paulo Alexandre Pereira na mais aprofundada análise sobre o tema que temos em mãos e que continua a constituir a sua referência fundamental: “por configurar a guerra palco do mais radical horror, não há, nestes textos, onde vagueia um cortejo de corpos mutilados, espaço para uma iconografia estetizante do desejo homossexual” (Pereira 170-71).

Acrescentaríamos, pela nossa parte, que, e ao contrário de uma opinião ainda muito difundida, a cultura política radicalizada, mas dominante no imediato pós 25 de Abril de 1974, protagonizada por grande número de veteranos de guerra que então constituíam modelo de identificação para, e que formavam, as gerações mais jovens de militantes políticos, muito mais do que romper com a heteronormatividade homofóbica herdada do regime derrubado, contribuiu decisivamente para manter nexos de continuidade com ela, reatualizando-a e reforçando-a com um renovado argumentário “revolucionário.” Esse argumentário herdou do passado pré-democrático um lastro inteiro de mal disfarçado menosprezo pelos movimentos feministas e de mulheres e uma aberta hostilidade aos movimentos homossexuais que se esboçaram na imediata sequência do 25 de Abril. Como se o papel dos militares na revolução fosse, de uma assentada, redentor, ilibando-os de crimes contra a humanidade, e terapêutico, curando-os de traumas. Não existem guerras limpas e decerto que não as guerras coloniais, que foram de libertação para os povos colonizados, mas muito pouco libertadoras para os quadros morais e culturais das tropas portuguesas. Ao passo que a socialização militar em tempo de paz é socialmente integradora no quadro de um sistema global heteronormativo, em tempo de guerra, ela expõe-no a um risco psíquico exponencialmente multiplicado que compromete a ressocialização, torna-a pelo menos traumática, quando não a impossibilita mesmo, e inadequa o veterano para se integrar numa normalidade que lhe exige a pura e simples anulação dos comportamentos adaptativos ao teatro de guerra, questão finamente descrita na tese de Norberto Vale Cardoso

(79–93): tudo quanto o veterano não pode contar aos seus e que, bem o sabemos hoje, engrossa as consultas psiquiátricas de *stress* pós-traumático, que aqui, com Luís Quintais, pensamos de forma desessencializada como “um idioma cultural e social através do qual se agrega uma plethora de sintomas numa explicação etiológica” (76). No entanto, o antigo médico militar Santinho Martins, um dos fundadores da área científica da Sexologia em Portugal e criador da consulta de stress pós-traumático que acompanhava inúmeros veteranos de guerra no Hospital Psiquiátrico de Júlio de Matos, em Lisboa, informa-nos em entrevista pessoal que era praticamente unânime entre eles a negação de experiências eróticas com parceiros do mesmo sexo, e tanto mais veemente ante a suspeita do clínico de um núcleo fortemente traumático nas suas confissões. Como se se tratasse de um último bastião inexpugnável da sua masculinidade onde o veterano se refugiava de todas as atrocidades que conseguia, por outro lado, admitir.

Aquilo que costuma aparecer descrito na ficção e na literatura crítica como a “descoberta da homossexualidade” pelos soldados da guerra colonial, além de profundamente equívoca em si mesma, e tanto mais quanto por vezes qualificada como subversiva e transgressora, surge quase invariavelmente como alínea de um elenco completo de excessos no contexto de uma situação já de si excessiva e que constituem outras tantas respostas à altura dela. Diríamos, para começar: sim, mas não. A maneira como interpretamos o contexto em que ocorrem tais comportamentos adaptativos diverge decididamente das interpretações que tardam a desaparecer da literatura crítica. A mais vulgar e menos inteligente mete num mesmo saco de desagregação pessoal o recurso a substâncias psicotrópicas e o abuso alcoólico, os comportamentos sexuais compulsórios como o prazer solitário, o abuso sexual, até à violação das mulheres em regra subalternas, negras e colonizadas, a violência indiscriminada e assassina sobre inimigos prisioneiros e populações não-combatentes, como numerosos exemplos na obra de Ferraz, Oliveira ou Quintais uma vez mais e sempre nos mostram (Ferraz 181-82, 206-07, 277; Oliveira 126, 150; Quintais 86). Ela podia estender-se da recolha de troféus cadavéricos à tortura e ao massacre, da entrega a comportamentos de risco suicidários aos pequenos e grandes tráfico, aldrabices e perfídias de caserna e, evidentemente, até às experiências eróticas com parceiros do mesmo sexo. Sim, essas experiências eróticas são implícita ou explicitamente percebidas como respostas à altura de uma situação em tudo excessiva, a qual submete as formas usuais de sociabilidade a uma “anestesia” ou “narcose” (Quintais 115).

No entanto, a maneira como são interpretadas essas respostas excessivas diverge entre aqueles que as puderam testemunhar, quer em si mesmos, quer em outrem, como se depreende das entrevistas inseridas por São José Almeida no seu livro *Homossexuais no Estado Novo* (199-202). É mesmo assim possível dar como certo que, ao efetivo relaxamento dos controles sociais em situação de conflito bélico, não corresponde necessariamente qualquer transgressão ou subversão programática da normalidade *antebellum* que nesse momento se encontra realmente ultrapassada ou suspensa e cujas regras deixaram de se aplicar ao quotidiano dos soldados na circunstância em tudo excecional do teatro de guerra:

A promiscuidade a instalar-se, Sodoma e Gomorra a perderem pedalada, arriscando-se a serem substituídas, no imaginário devasso dos povos, por N'riquinha-a-Libertina. A civilização ocidental, os brandos costumes e outras tretas viam-se ali em palpos-de-aranha. Os psiquiatras explicariam tratar-se de problemas de identidade, de afirmação, coisas que tais, egocentrismos, quebra precipitada e precoce com os laços uterinos, problemáticas de choque. (Lobo 47)

Mas, se não há vontade deliberada de subversão ou transgressão politicamente enformada, também nada autoriza a interpretação, simétrica da anterior e igualmente muito disseminada, segundo a qual as experiências eróticas recaem sob a estafada categoria da homossexualidade “de caserna” (gémea das homossexualidades “de prisão,” de “internato,” etc.). Segundo este tipo de interpretação, ela seria exclusivamente forçada pela circunstância da carência e pura compensação pela mesma, adventícia, parentética e provisória sobre um fundo de heterossexualidade perene que se vê de imediato recuperada mal seja reposta a normalidade interrompida, como parece sugerir, por exemplo, uma abordagem superficial e ridícula do *Bildungsroman* que é *Até hoje* (*Memórias de cão*) (1988) de Álamo de Oliveira, e segundo a qual os soldados, na Guiné, “são prisioneiros nos seus próprios aquartelamentos, onde não têm nada que fazer, a não ser beber, fumar, masturbarem-se ou terem relações homossexuais” (Moutinho 39). Bem ao contrário deste tipo de representação, que, de resto, duradouramente se aplicou também à generalidade da(s) homossexualidade(s), as experiências eróticas com parceiros do mesmo sexo adquirem um estatuto

identitário ausente dos restantes comportamentos de exceção: “dar em maricas” é qualitativamente diferente de tudo o resto. Por isso mesmo, na perceção dos veteranos de guerra, os comportamentos homoeróticos a que possam ter-se entregado constituem uma espécie de cedência a uma pressão intolerável, mas de modo nenhum uma transformação pessoal naquilo que eles não são porque nunca verdadeiramente o foram.

Eis porque a perceção, clara nas narrativas de ficção estudadas, que os intervenientes têm desse facto está longe de se consciencializar politicamente naquilo que hoje entenderíamos por uma autêntica identidade *gay*. Mais, a perceção da alteridade essencial do homem *gay*, confirma-a *a contrario* a perspectiva hetero-centrada de obras, por outro lado tão díspares entre si, como o “peremptório, disfemizado, profundamente masculino e homófobo *Lugar de massacre*” de José Martins Garcia (Teixeira, *A guerra* 541), romance que apenas “pretende ser lido como distopia satírica” (Pereira 175), e do cúmplice, mas voyeur, *Os cus de Judas* de Lobo Antunes. O bestiário onde avultam os “panascas” (Garcia 37)—o Capitão Oliveira, crismado de “A Porca” pelos subordinados (61), e que “tanto mirava cu como braguilha” (63), o seu amante, conhecido por “Maria de Lurdes” (114), ou o cantor Fernando Laito “das panasquices cantantes da Emissora Nacional, logo nomeado como ordenança” (63)—são a contrapartida do estereótipo denegridor da figura de efeminadíssima “*flaming queen*” que é o médico homossexual, objeto da complacente estima de Lobo Antunes (235-36), mas “em cujo retrato convergem os clichés da afetação amaneirada e da androginia burlesca” (Pereira 171). Em completo contraste com estas subjetividades (homo)sexuais fortes, a postura dos homens militares “que têm sexo com homens” (para recorrer à expressão muito mais tarde aceite na psicossociologia) é acentuadamente autodefensiva e até mesmo autorrejeitante. Tanto assim é, que ela não é inflétida pela frequência dos ambientes assumidamente *gay* das grandes cidades como Luanda e Lourenço Marques de que as obras de Guilherme de Melo (1981) e de Eduardo Pitta (2001), pertencentes a gerações (literárias, culturais e *gay*) bem diversas, dão vívidas descrições e que Domingos Lobo confirma pela sua parte:

O que é facto, verdade mesmo, é que muito infante do luso exército se deixou seduzir pelos *gays* de Luanda, com eles aligeirou a solidão mais funda, os medos mais secretos em

---

noitadas dionisiacas ... músculos, suor, entrega—muros a desabar. Por uns uísques, uma cama lavada, um sorriso que aconchega, a dar-lhes dimensão de gente, amável, uns dedos suaves passajando gaforina rebelde: por pouco se vende o tropa à descoberta.... O lusíada a ir-se às malvas ou ao mais profundo encontro das sombras que habitamos e nos habitam, a outra metade do céu de que, também, somos feitos. (Lobo 40-41)

Sobre o pano de fundo desses meios *gay*, que denotavam um inegável avanço relativamente ao que ocorria na Metrópole (Almeida 209, 211; Melo, *A sombra* 319-30, 538-44; Pitta, *Persona* 42-43), porventura muito menos permeável a influências exteriores (Pitta, *Um rapaz* 94-96), não acarretava qualquer compromisso identitário a ocasional prostituição dos soldados que “depressa aprendiam que a sua virilidade, desaproveitada pelas raparigas, poderia afinal render-lhes alguma ajuda económica e um nível de bem-estar que, de outro modo, nunca desfrutariam ao longo dos dois anos de comissão militar” (Melo, *Gayvota* 45-46). E também não as relações que alguns mantinham com homens *gay*, e que duravam o tempo da comissão militar, como os sucessivos companheiros (“Alfredo,” “Adélio,” “Vitório”) do personagem Guy, *alter ego* do autor de *A sombra dos dias* (Pitta, *Fractura* 61; Pereira 166).

Para além destes polos, não faltam atualmente relatos biográficos que indiciam a existência de pelo menos um terceiro grupo, por assim dizer “intermédio.” Ele incluía militares que desde antes da incorporação possuem consciência clara da sua sexualidade, de que João Carlos Roque fornece um eloquente testemunho no seu *Ilha de Metarica* (40–2), e também o caso dos homens que dão início a uma carreira transformista no quadro da incorporação e se profissionalizam após o regresso à vida civil, de que, entre outros textos, fala a peça *Um jipe em segunda mão* (1982), de Fernando Dacosta. A crer nos relatos que sobreviveram, nele se poderia incluir o grosso dos militares alvo de um célebre escândalo ocorrido em Nampula em 1971 a que foi posto termo ao fim de vinte e três meses com o arquivamento, sem mais consequências para os suspeitos (entre os quais Pitta), os quais ofereceram resistência às acusações e assumiram a sua condição desassombadamente, isto numa época em que tais atos eram puníveis tanto pelo Código Penal (até 1982) como pelo Regimento de

Disciplina Militar (até 1999).<sup>1</sup> Abafado de início, o processo terá posteriormente levado conveniente sumiço.

Damos pois razão à tese da considerável amplitude do espectro de reações à experimentação sexual, tanto dentro como fora dos meios militares, de Guilherme de Melo (*Gayvota* 42–47), de resto concorde com Eduardo Pitta, para quem muito teve de se esperar “para se ter uma ideia da complexa trama de contradições que envolve as relações homossexuais em cenário de guerra” (*Fractura* 23). Nem por isso deixamos de ressaltar que, do ponto de vista de uma epistemologia *queer*, que não é a de Melo, esse multiforme espectro advém das necessárias tensões inerentes à passagem socio-histórica de uma identidade homossexual não-assumida a uma identidade determinada pela assumpção *gay*, ou, como muito a propósito nota Pitta, de um mundo pré a um mundo pós-Stonewall (*Fractura* 22–23), na qual Melo faz figura de charneira. Eis porque onde Pereira diz que “não se encontra, na ficção da guerra colonial, uma identidade homossexual, nem como autoconceito, nem como constructo social, nem como consciência grupal” (194), nós substituiríamos a palavra homossexual por *gay* sem nada mais modificar nesta conclusão justíssima.

Por outro lado, *Os navios negreiros não sobem o Cuando* de Domingos Lobo, e *Até hoje (memórias de cão)* de Álamo Oliveira, mas também *Nó cego* de Carlos Vale Ferraz, oferecem-nos os mais eloquentes desmentidos da (homo)sexualidade de carência e os retratos mais fidedignos da postura autodefensiva. Em *Os navios negreiros não sobem o Cuando*, o narrador Santos e o seu companheiro Belezas unem-se numa “longamente latente relação homossexual” (Teixeira, *A guerra* 144) precisamente quando, de férias em Luanda, maior facilidade de acesso têm a corpos femininos:

O quarto da pensão está dito: dois divãs apertados em vão de escada. Eu e o Belezas deitados, nus, falávamos noite adentro [...] até o sono vir. [...] Apagávamos a luz, o sono teimava em não vir, falávamos no escuro, [...] depois, quase em surdina, diziam as palavras dos afectos, das carícias, corpos que se encontram e desencontram, se dão, se perdem. [...] E as nossas mãos agitavam-

---

<sup>1</sup> Sobre o caso de Nampula ver Melo, *A sombra* 617; Almeida 204-05; Pitta, *Persona* 40-41, 44-52; Pitta, *Um rapaz* 195; Pereira 170, 190-91.

se no ar, febris, procuravam-se no escuro como quem não quer a coisa, tocavam-se como por um acaso dos pesadelos, uniam-se os dedos levemente, como as sombras, depois com força, com tanta que tremiam, [...] e só o murmúrio dos corpos perturbava o silêncio, abria arestas de desejos na noite, desinquietao os pesadelos. (Lobo 37-38)

Em *Nó cego*, Brandão, o “Transmissões,” ex-delinquente iniciado na prisão-escola cujo propósito último, ao alistar-se, era “estostrar! A guerra é uma merda, mas é porreira para um gajo rebentar” (Ferraz 310-31), seduz arditosamente o furriel Passos que lhe vem pedir um cigarro de liamba, não sem segundas intenções também ele: “A madrugada encontrou-os enlaçados debaixo do impermeável húmido do soldado” (277).

Halberstam faz a este propósito uma interessantíssima observação:

A reconstituição ritualizada das desajeitadas ações da noite da véspera, que tudo quanto é gajo está perpetuamente condenado a esquecer e sujeito a rememorar, possibilita que as recordações ligadas a um determinado lugar se inscrevam nos, e através dos, corpos desses eus amnésicos que por elas perambulam à procura da verdade. No espaço lúdico que se abre entre o recordar e o esquecer, cria-se uma certa afeção *queer* que momentaneamente perturba o bastião do corpo hetero caucasiano e se abre a outras formas de desejo. (65)

Lá onde o narrador de *Os navios negreiros não sobem o Cuando* se reconhece nesse espaço e se entrega a quanto ele lhe promete, o seu companheiro Belezas, a quem a namorada espera na terra, grávida, para casar, defende-se:

No Luso [...] deram-nos cama de casal em quarto de pau-a-pique. [...] O Belezas, que [...] andara, numa noite bêbada de gin e coca-cola, rasgando os muros de frio que separavam a sua mão da minha, colocou a meio, na vertical, o travesseiro de palha e enrolou-se púdico e precavido em um dos lençóis. As férias terminavam e com elas o nosso pacto nas trevas. (Lobo 42)

No navio de regresso à Metrópole, à chegada a Lisboa, a despedida do narrador apenas repete e rasga ainda mais o distanciamento entre quem já rumou a destinos divergentes: “E abraço-te, Belezas, apetece-me beijar-te mas abraço-te apenas, digo-te, até sempre, pá” (Lobo 110). Quanto mais não seja, num aspeto a postura autodefensiva de Belezas levou a melhor, destruindo a possibilidade de uma relação amorosa com o companheiro de quem se despede realmente para sempre, o que aponta para o facto de a homofobia internalizada sobre o pano de fundo de um meio-ambiente hostil propiciar incomparavelmente mais os encontros sexuais casuais e furtivos do que qualquer coisa que de perto ou de longe se assemelhe a uma relação de casal (Pereira 166). Quanto ao furriel Passos de *Nó cego*:

[...] acordou entontecido e enjoado.... Pôs-se de pé perturbado.... Seria maricas? Ele, que sempre andara atrás de mulheres, que tinha uma filha daquela cabra que o enganara? Oh, puta de guerra, que confusão de noite, da qual apenas retinha uma baça e ranhosa lembrança!... “Ao que cheguei, à droga, à mariquice!” Imaginava-se como o Brandão, mirrado, amarelo, a sorrir debochado, convidando outros homens. “É o mais baixo a que um homem pode descer” ... São restos da bebedeira! Tenho de resistir, mostrar que ainda sou o mesmo Passos! (Ferraz 277–8)

O próprio narrador de *Os navios negreiros não sobem o Cuando*, desculpabilizado “hedonista para quem o corpo (o sexo, a comida, os cheiros) e a escrita se *con-fundem*” (Teixeira, *A guerra* 143), não está isento de inquietações:

Mas tem de ser: é necessário arrumar tudo, questionar-se, ficar limpo outra vez. Se o amou? Que sabe ele dessas coisas. Amor seria, ou atração pelo corpo que se oferecia novo, nu, ali ao lado e disponível, a tremer de lascívia, solidão de homens lançando amarras de desejo para não se precipitarem no vazio, rasgos de ternura que a paisagem desnuda e transfigura, torna urgente.... Podia lá ser, mudar. Se o amava? Não, de certo que não o amava.



Tinha-lhe amizade, isso sim, uma amizade grande, camarada seu, do peito, para a vida toda—mas amor, não... recuava, dizia-lhe, tem juízo, acabou, somos amigos e pronto. (Lobo 106)

Quanto a João, de *Até hoje*, é um homem que desde a juventude conhece, com “o rubro pudor que a comunidade impunha, o segredo que não revelaria nunca” (Oliveira 14), sonhando com anjos sexuais que o masturbam, e que, portanto, não precisa das circunstâncias excepcionais do teatro de guerra para se “descobrir” quando se prende a Fernando, casado e com uma filha, mas a quem a mulher tinha deixado. Isto é: deixado livre para se entregar a João, mas não sem antes se terem esmurrado, quando Fernando o surpreende a ser assediado por um outro soldado em noite de bebedeira coletiva e a quem ele não chega a ceder mas que mesmo assim é insultado por Fernando com o epíteto de “Paneleiro!” (83). A cena de pugilato entre eles, sob o aplauso complacente e entendedor de todos, comprova a descontinuidade agonística entre homosocialidade masculina e homossexualidade, com o recalçamento feroz desta por aquela, na conhecida tese de Sedgwick (1–2, 23), mas testemunha, e dá mesmo corpo, a um autêntico ritual de corte amorosa mediada pela violência. E mormente quando se trata dos altamente formalizados e saturados vínculos da homosocialidade castrense, em que o companheiro é o companheiro de armas, no seio de uma instituição monossexual (como ainda acontecia nos tempos da guerra colonial) cuja cultura organizacional assenta no pressuposto que os homens não se desejam, não podem desejar-se, entre si. No caso, é o combate pela masculinidade que põe frente a frente os adversários-amantes. Os homens amam-se como aprenderam a bater-se, num corpo-a-corpo de emulação e rivalidade, que pode incluir o amplexo mais íntimo entre dois machos na competição desportiva, e mormente nas modalidades de luta, em público e com muita pele à vista, como bem assinalou Connell (*Masculinities* 35), a propósito da aprendizagem da masculinidade:

O sentimento físico de masculinidade não é uma coisa simples. Comporta tamanho e forma, hábitos de postura e de movimento, certas capacidades físicas específicas e a falta de outras, a imagem do corpo próprio, a maneira como ele se apresenta a outras pessoas e as maneiras como elas lhe reagem, a maneira como funciona no trabalho e nas relações sexuais. Por forma nenhuma é tudo isso

consequência dos cromossomas XY, ou sequer na posse daquilo em que tão amorosamente se alojaram as discussões acerca da masculinidade. O sentimento físico de ser macho cresce através de uma história pessoal de prática social, uma história-de-vida-em-sociedade. (Connell, *Gender* 84)

Os homens amam-se como aprenderam a terçar armas, a investir, a prender, a placar, a torcer, a esmurrar, a imobilizar e a subjugar o adversário, hierárquica e agonisticamente (Connell, *Masculinities* 54). Em suma: falicamente, mas o certo é que, para ultrapassarem o abismo cavado entre o corpo-a-corpo da competição e o amplexo erótico têm de violar o tabu absoluto do *noli me tangere* (hetero)sexual. O facto de o vínculo homosocial—o *male bonding* homoafetivo—entre João e Fernando ter sido rasgado pela irrupção do desejo homossexual explícito no próprio interior da homosocialidade canónica das amizades viris significa tão-só que a homosocialidade caiu no seu próprio logro. No entanto: “O discurso homoerótico enreda-se, por vezes inextricavelmente, no emaranhado novelo de laços homosociais—a compassividade, a camaradagem, a homoafectividade—tornando, no mínimo, duvidosas as práticas de reconhecimento” (Pereira 194).

Ora, o facto de o impulso homoerótico surgir precisamente no seio do molde homosocial induz em erro o olhar heteronormativo que não entende, sempre não entende, aquilo que para ele não passa da tal homossexualidade “de caserna,” isto é, de uma heterossexualidade frustrate que apenas se está a levar ao engano a si própria. Quem não se engana a seu respeito são João e Fernando:

Fernando prende-o com decisão e fá-lo deitar a cabeça no seu colo. “Vou contar-te uma estória.” [...] João já rendido, aninhado pássaro, menino pródigo da solidão. [...] Fernando abraça-o danado, a ternura do reencontro a explodir, corações trocados, o mundo todo na concha das suas mãos. Permaneceram assim, emoldurados de esquecimento, pela tarde fora, pela noite dentro. (Oliveira 141)

Amam-se. Mas têm de separar-se. A homofobia internalizada do Belezas de *Os navios negreiros não sobem o Cuando* e que destrói a possibilidade de relação

duradoura, repete-se de algum modo aqui com João: “Fernando foi de comboio para a sua terra. Esperavam-no os pais e a filha. Ternurentamente semanais, as suas cartas para João foram sendo sepultadas, muito metódicas e seguidas, na cova inexplicável do silêncio. João cortara-o da sua vida como se fosse um pé doente” (Oliveira 163). Porque: “Vazio, irreconhecível e irreconhecido, João sabia que uma parte de si fazia a última viagem. Fernando deixara já de existir. Calcara-o na vala dos comuns com a pá da saudade, camisola de que se gosta mas que, um dia, se rompe sem remédio. Queria lavar-se. Apenas” (166-67).

A postura autodefensiva pode extremar-se até à sua resolução trágica no suicídio redentor, sem deixar de poder ser qualificada como defensiva, porque o indivíduo defende a superioridade do valor da sua dignidade ou da sua honra pessoal acima do valor da própria vida. São os casos exemplares de Brandão na obra *Nó cego* e do Capitão Pedro Costa no filme *20,13 Purgatório* (Cascais 133). Retratado pela sua impulsividade criminosa, transgressora por reatividade, niilista e suicidária, Brandão surpreende tudo e todos quando o abrigo onde se protegem é alvo de ataque e o rádio transmissor deixa de funcionar:

[...] o soldado maricas e fumador de suruma pegou calmamente nas correias de lona do emissor e correu ligeiro indiferente aos estilhaços que se cruzavam [...] até uma clareira limpa de obstáculos à propagação das ondas transportadoras dos elementos de tiro que possibilitariam a resposta salvadora daquele inferno de ferro e fogo. [...] Viu-o fazer-lhe sinal, com o polegar voltado para cima, de que conseguira. Para seu espanto o Brandão sentou-se junto ao rádio de pernas cruzadas como uma criança [...] até que o corpo e mais a caixa do TR-28 se elevaram projetados num clarão de fogo, desaparecendo no espaço negro onde se refletiam as silhuetas das grandes árvores. (Ferraz 316)

A imolação redentora do transgressor que voluntariamente lava a impureza com o seu sangue expiatório, por essa via assegurando a sua readmissão póstuma ao seio da comunidade, é, com efeito, um clássico:

Ainda diziam que o gajo era maricas... – lembrou o Lopes, sempre calmo.

— Q’al maricas, era um comando! – afiançou o Vergas.  
— Ninguém me tira da cabeça que o gajo quis morrer assim!  
A noite é sempre redentora e o Brandão redimira-se, bebera a vida até ao fim e ganhara, por acréscimo, o respeito daqueles homens, ninguém pode garantir que saber isso lhe tivesse dado grande prazer. (Ferraz 317)

Mas Pereira põe os pontos nos ii: “Intrinsecamente aberrante, o homossexual só pode existir como servente sexual ou como mártir. [...] Dessa redenção pelo sangue, recorde-se, estão providencialmente desobrigados os heterossexuais arrependidos (e, portanto, livres de mácula) que a ele se entregaram” (173-74). Mais elaborado é o caso do Capitão Pedro Costa no filme *20,13: Purgatório*, todo ele um autêntico repositório de desempenhos estereotipados da masculinidade, o que obriga a reconhecer a justeza da tese de Connell, segundo a qual:

Reconhecer a diversidade das masculinidades não basta. Temos também de reconhecer as *relações* entre os diferentes tipos de masculinidade: relações de aliança, dominação e subordinação. Essas relações constroem-se por meio de práticas que excluem e incluem, que intimidam, exploram e por aí fora. Existe uma política de género no interior da masculinidade.... A hegemonia ... não significa controle absoluto. Não é automática e pode ser derruída—ou até autodestruir-se ... as relações que constroem a masculinidade são dialéticas: não correspondem a uma causalidade unidirecional de um modelo de socialização. (*Masculinities* 37)

Eis o que vemos num remoto posto militar de Moçambique, em 1969, em que a visita das companheiras dos oficiais leva as tensões sexuais e as rivalidades ao rubro e, a adensar os nervos em franja da intriga de fundo, um prisioneiro (Carlos Monteiro) recém-capturado e torturado é esfaqueado por alguém e fica à beira da morte, a que se segue o aparecimento do cadáver do jovem e belo cabo enfermeiro Vicente (Angélico Vieira). Na mão deste é achado pelo Alferes Capelão (ator Nuno Nunes) um bilhete com uma citação do versículo 20,13 do

Levítico: “Se um homem coabitar sexualmente com um varão, cometeram ambos um ato abominável; serão os dois punidos com a morte; o seu sangue cairá sobre eles”; e logo a seguir: “A mulher de Pedro conhece o segredo.” Com efeito, Leonor (Maya Booth) descobrira uma fotografia do marido Capitão Pedro Costa (Adriano Carvalho) e do enfermeiro Vicente com a muito comprometedor inscrição “Para sempre” no verso. O Capitão encontrá-la-á no seu quarto, rasgada ao meio, vendo-se apenas Vicente, e uma Bíblia aberta nas páginas do Levítico. Perceber-se-á mais tarde que o prisioneiro tinha sido a única testemunha de um dos encontros furtivos entre eles e, escrita na parede ao lado do corpo, encontrava-se uma frase alusiva a um outro episódio bíblico, a destruição de Sodoma e Gomorra no livro do Génesis, mais precisamente em 19,24. Encarregando-se da investigação do(s) caso(s), o Capelão e o Alferes Gaio (Marco d’Almeida) não têm dificuldade em entender o sentido preciso das citações bíblicas, mas revistam os cacifos dos militares à procura do Pedro mencionado no bilhete, que descubrem ser precisamente o cacifo nº 1924, pertencente ao Capitão Costa, juntamente com a outra metade da fotografia rasgada. Os acontecimentos precipitam-se com o ataque final do inimigo ao posto militar que em vão espera reforços, mas o Alferes Gaio ainda lê uma missiva deixada pelo Capitão:

Não conto voltar da missão que me espera. Por isso quero ter a certeza que o Alferes Gaio sabe a verdade, para que mais ninguém sofra devido aos meus erros. Sou eu o culpado pela morte do cabo Vicente, que nada fez para o merecer. E fui eu que ataquei o preso, apenas para calar o seu testemunho. Não tenho atenuantes, foram crimes deliberados por motivos puramente egoístas, para proteger a minha reputação, para evitar a vergonha, para esconder um segredo escabroso, um segredo que o Alferes Gaio provavelmente já adivinhou. Tenho consciência do que fiz. Sempre me orgulhei de ser um homem de honra, mas deixei de o ser quando, para manter essa aparência, cometi estes crimes desprezíveis pelos quais sei o castigo que mereço.

Acorrendo à zona de fogo, o Alferes Gaio, cínica e amargamente descrente na justeza da guerra, chega a tempo de ver morrer nos seus braços o Capitão que

avançara sozinho em direção ao inimigo para se deixar atingir mortalmente: “Não vale a pena, não vale a pena. A culpa é minha. Ela só é culpada. [...] Só é culpada de me ter amado. [...] Servir lealmente e sem fé, deve ser duro! Não é, Gaio?” Ao apresentar o seu relatório final ao Tenente Coronel (Júlio César), junto com as provas recolhidas, a carta e a faca ensanguentada do Capitão, o Alferes Gaio confronta o seu superior hierárquico com contradições que o levam a crer que não é aquele o culpado pela morte do amante, e o filme efetivamente sugere que a assassina terá sido outra das mulheres, frustrada pelo insucesso do seu assédio ao Capitão Costa: “Quais contradições, qual carapuça! O Capitão Costa morreu ao serviço da Pátria, sacrificando-se para salvar a sua companhia! Merece as mais altas condecorações! O Alferes Vicente morreu durante o ataque. E infelizmente o prisioneiro não resistiu aos ferimentos durante a sua captura. Entendido, Alferes Gaio?” O Alferes Gaio: “E a verdade, meu Tenente-Coronel, não conta?” O Tenente-coronel: “Pense bem. Gostava de ver o nome do Capitão Costa pelas ruas da amargura? Gostaria de recordar o cabo Vicente como um larilas? Esta carta nunca existiu. No exército não há maricas e os oficiais não matam soldados.”

O Alferes, figura que incarna a consciência crítica, ou, se assim quisermos, o ponto de vista histórico, ao assimilar a destruição de Sodoma à destruição do posto pelo inimigo, no que o filme autoriza uma hipérbole com a iminente derrota militar e a queda do regime colonial, e que acaba nomeado comandante da unidade e designado para condecoração, pede ao Tenente-Coronel autorização para se retirar. Mas aquilo de que ele não tem meio de se retirar é da normalidade organizacional plasmada no sistema de equivalências semânticas, afirmado pelo seu superior hierárquico, em que são intercambiáveis todas as iniquidades (sexo, homicídio, adultério, etc. e o respetivo desmentido oficial que falseia a realidade de todos eles), o que possibilita que todas sejam expeditamente empilhadas na pira final do esquecimento de que apenas sobra a coroa fúnebre do heroísmo condecorado: não se passou nada. Nem por isso os caboucos da reconstrução do real deixam de ficar à vista: a interrogação (“E a verdade, meu Tenente-Coronel, não conta?”) do Alferes Gaio, personagem de ficção, coincide notavelmente com o testemunho de um dos ex-combatentes entrevistados por Luís Quintais, obrigado a torturar e a assassinar prisioneiros de guerra, mas a quem o comandante do batalhão decidiu atribuir um louvor: “Sou obrigado a ouvir?” e ‘Desde quando se louvam os assassinos?’” (Quintais 112). Daquilo que não pode

---

ser, porque não deve ser, não se fala, e aquilo de que não se fala não existe. Ou seja: não se passou nada que não devesse ter-se passado.

Se o título de *20,13* dá a ver a guerra colonial como *Purgatório* a caminho da salvação, é de muito mais que o perecimento real dos corpos e da proverbial verdade que ele trata, pois o que soçobra no final é a possibilidade de conflito revelador, aquela outra guerra que não pode ser travada sob a guerra em que todos combatem. Com efeito, esta prática ativa da desmemória, neste caso incarnada pelo Tenente-Coronel como porta-voz da história oficial que prevalece mesmo após a revolução, tem por fim rasurar tudo quanto na memória seja suscetível de abrir, promover ou agravar o conflito. A prática ativa dessa desmemória foi o operador da transição da virilidade heróica dos soldados da guerra colonial para a masculinidade impoluta dos soldados revolucionários da democracia. Por sua vez, o evitamento obsessivo do conflito, que na cultura política portuguesa se mistificou com a suposta brandura de costumes, indicia o pânico dos seus efeitos que se pressentem catastróficos: problematizar a história parece acarretar um verdadeiro perder-o-pé identitário. Comum a todas as sociedades afetadas por traumas coletivos, o evitamento do conflito através da prática ativa da desmemória histórica possui a sua particular versão portuguesa, e “a representação da experiência homoerótica na literatura da guerra colonial—seja ela entendida como depoimento, manifesto ou tropo—é partícipe desse regime de silêncio, ditado tanto por uma moral sexual coercitiva, como por uma reincidente autocensura” (Pereira 160). Só podemos por isso distanciar-nos decisivamente da política de esquecimento e de “desaprendizagem” da história proposta por Halberstam (69-86), que não vemos como possa aplicar-se à realidade portuguesa sem custos inoportáveis: da negação das guerras coloniais enquanto tais, reduzidas a campanhas de policiamento contra o banditismo terrorista movido por obscuros interesses estrangeiros (admitir que se tratava de uma guerra “colonial” negaria uma nação pluricontinental com províncias ultramarinas), na versão oficial da época de Marcelo Caetano, à destruição dos processos de Nampula (não houve homossexuais nas Forças Armadas, e logo, nunca maltratados como tal), à omissão das atrocidades no pós-guerra e ao abafamento do trauma, eis quanto acaba por se tornar integral à própria realidade assim (re)construída.

Não se podem por isso desvalorizar as consequências psicopolíticas de desrealização daí resultantes, e que se sintetizam no sentimento de a realidade

constituir algo a que se está sujeito, ou seja, uma força de sujeição, que não uma fonte de reconhecimento. O *assujettissement* foucauldiano lança uma luz claríssima sobre as formas pelas quais se processa nessa sujeição (ser sujeito *a*) a subjetivação (ser sujeito *de*) dos homens que experienciaram alguma forma de vinculação erótica ou afetiva a outros homens no contexto das guerras coloniais. Primeiro, temos o confronto com a culpabilidade, com o trauma, com a inadaptação e com o posterior recalçamento, comuns aos ex-combatentes. Tudo isso amassa literalmente a matéria-prima de anonimização e de inimputabilização desresponsabilizadoras (que ninguém lhes fez o que lhes foi feito, que não aconteceu o que aconteceu) dos revisionismos e negacionismos históricos. Depois, e adicionalmente, estes homens tiveram de lidar com a negação da sua existência, o não serem aquilo que são. Largo é o espectro de respostas a esse confronto, que se traduzem noutras tantas subjetividades (homo)sexuais, das mais autodefensivas às que voluntariosamente se dispõem a abraçar uma identidade *gay* emergente, e todas constituídas em estado de tensão identitária, o que significa que o sujeito não é dado, antes se faz, fazendo algo com aquilo que dele foi feito.

Um entendimento pedestre da homofobia internalizada é incapaz de explicar aquelas reações que se situam no polo mais intensamente autodefensivo do espectro, que, no caso português, consubstancia uma espécie peculiar de retraimento descrito por José Gil como o “medo de existir.” Este caracteriza uma forma genericamente nacional de não-assumpção, de *armário*, antes de dar corpo à não-assumpção específica de algumas pessoas expeditamente hetero-identificadas como homossexuais por alguma crítica literária que aborda a ficção das guerras coloniais, aos olhos da qual o que não poderia ter existido nunca existiu.

### ***Obras Citadas***

- Almeida, São José. *Homossexuais no Estado Novo*. Sextante, 2010.
- Antunes, António Lobo. *Os cus de Judas*. Dom Quixote, 1984.
- Cabral, Mónica Serpa. “O conflito interior em *Até hoje (memórias de cão)*, de Álvaro Oliveira.” *Forma Breve*, no. 7, 2009, pp. 203-19.
- Cardoso, Norberto do Vale. *Autgnose e (des)memória: guerra colonial e identidade nacional em Lobo Antunes, Assis Pacheco e Manuel Alegre*.



- 2004, U do Minho, Tese de Mestrado.
- Cascais, António Fernando. “Cinema queer e queerização do cinema em Portugal.” *Cinema e cultura queer*, editado por António Fernando Cascais e João Ferreira, Associação Cultural Janela Indiscreta, 2014, pp. 114-34.
- Connell, Raewyn W. *Gender & Power*. Stanford UP, 1998.
- . *Masculinities*. Polity, 2015.
- , e James W. Messerschmidt. “Hegemonic Masculinity: Rethinking the Concept.” *Gender and Society*, no 19, 2005, pp. 829-59.
- Dacosta, Fernando. *Um jipe em segunda mão*. Ulmeiro, 1982.
- Fernandes, Evelyn Blaut. *A ficção de António Lobo Antunes da coreografia dos espectros à caligrafia dos afectos*. 2015, U de Coimbra, Tese de Doutoramento.
- Ferraz, Carlos Vale. *Nó cego*. Bertrand, 1993.
- Garcia, José Martins. *Lugar de massacre*. Salamandra, 1996.
- Gil, José. *Portugal, hoje: o medo de existir*. Relógio d’Água, 2007.
- Halberstam, Judith. *The Queer Art of Failure*. Duke UP, 2011.
- Leitão, Joaquim, realizador. *20,13: Purgatório*. MGN Filmes, 2006.
- Lobo, Domingos. *Os navios negreiros não sobem o Cuando*. Vega, 1993.
- Melo, Guilherme de. *Gayvota*. Notícias, 2002.
- . *A sombra dos dias*. Notícias/Círculo de Leitores, 1981.
- Melo, João de. “A guerra colonial e as lutas de libertação nacional nas literaturas de língua portuguesa.” *Os anos da guerra 1961-1975: Os portugueses em África*, organizado por João de Melo, Dom Quixote, 1998, pp. 9–30.
- Moutinho, Isabel. *The Colonial Wars in Contemporary Portuguese Fiction*. Tamesis, 2008.
- Neves, Helena. “Amor em tempo de guerra: guerra colonial, a (in)comunicabilidade (im)possível.” *Revista Crítica de Ciências Sociais*, no. 68, 2004, pp. 43-63.
- Oliveira, Álamo. *Até hoje (memórias de cão)*. Signo, 1988.
- Pereira, Paulo Alexandre. “Cadernos do nefando: a experiência homoerótica na literatura da guerra colonial.” *Forma Breve*, no. 7, 2009, pp. 161-201.
- Pitta, Eduardo. *Fractura: a condição homossexual na literatura portuguesa contemporânea*. Angelus Novus, 2003.
- . *Persona*. Angelus Novus, 2001.
- . *Um rapaz a arder*. Quetzal, 2013.

- Quintais, Luís. *As guerras coloniais portuguesas e a invenção da história*. Imprensa de Ciências Sociais, 2000.
- Roque, João Carlos. *Ilha de Metarica: memórias da guerra colonial*. INDEX Ebooks, 2014.
- Sedgwick, Eve Kosofsky. *Between Men: Male Homosocial Desire and English Literature*. Columbia UP, 1992.
- Teixeira, Rui Azevedo. *A guerra colonial e o romance português*. Notícias, 1998.
- . “Orgulho, culpa e nostalgia.” *Guerra colonial*, edição de Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes. Notícias, 2005, pp. 538-41.
- . “Prefácio.” *Os navios negreiros não sobem o Cuando*, de Domingos Lobo, Nova Vega, 2005, pp. 7-8.
- Vieira, Paulo Jorge. “(Des)fazer-se homem, na guerra: masculinidades e guerra colonial em *Os cus de Judas*.” *Espaço, gênero & masculinidades plurais*, edição de Joseli M. Silva, Marcio J. Ornat e Alides B. Chimin Junior, Todapalavra, 2011, pp. 291-329.